

DULCE AMÉLIA DE BRITO NEVES
MARIA MERIANE VIEIRA ROCHA
PATRÍCIA SILVA
(Organizadoras)

CARTOGRAFIA
DA PESQUISA
E ENSINO
DA ARQUIVOLOGIA
NO BRASIL:
IV REPARO

**CARTOGRAFIA DA PESQUISA
E ENSINO DA ARQUIVOLOGIA
NO BRASIL: IV REPARQ**



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
Vice-Reitor Bernardina Maria J. Freire de Oliveira

EJ Editora
UFPB **EDITORA DA UFPB**

Diretora Izabel França de Lima

Supervisão de Editoração Almir Correia de Vasconcellos Júnior
Supervisão de Produção José Augusto dos Santos Filho

COMISSÃO ORGANIZADORA DA IV REPARQ

Prof.a. Maria Meriane Vieira Rocha (UFPB)
Prof.a. Rosa Zuleide Lima de Brito (UFPB)
Prof.a. Esmeralda Porfírio de Sales (UEPB)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dulce Amélia de Brito Neves (Coord. - UFPB)
Bernardina M. J. Freire de Oliveira (UFPB)
Ana Célia Rodrigues (UFF)
Eva Cristina Leite da Silva (UFSC)
José Maria Jardim (UFRJ)
Josemar Henrique de Melo (UEPB)
Kátia Isabelli Melo de Souza (UNB)
Lucia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB)
Daniel Flores (UFSM)
Ivana Parrela (UFMG)
Maria Celina S. Mello e Silva (Museu de Astronomia)
Maria Leandra Bizello (UNESP/MARÍLIA)
Paulo Roberto Elian dos Santos (FIOCRUZ)
Renato Pinto Venâncio (UFMG)
Rosa Zuleide Lima de Brito (UFPB)

DULCE AMÉLIA DE BRITO NEVES
MARIA MERIANE VIEIRA ROCHA
PATRÍCIA SILVA
(Organizadoras)

CARTOGRAFIA DA PESQUISA
E ENSINO DA ARQUIVOLOGIA
NO BRASIL: IV REPARQ

Editora da UFPB
João Pessoa
2016

Copyright © 2016 - Dulce Amélia de Brito Neves et al.
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

| | |
|------------------------------|---|
| Projeto Gráfico | EDITORA DA UFPB |
| Editoração Eletrônica | Alexandre Câmara |
| Design de Capa | Alexandre Câmara |
| Ilustração de Capa | Alexandre Câmara |
| Revisão | Patrícia Silva e Maria Meriane Vieira Rocha |
| Normalização | Patrícia Silva e Kleisson Lainnon da Silva |

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

C328 Cartografia da pesquisa e ensino da arquivologia no Brasil: IV REPARQ [recurso eletrônico] / Dulce Amélia de Brito Neves, Maria Meriane Vieira Rocha, Patrícia Silva, organizadoras.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.
Recurso digital (6,5 MB)
Formato: ePDF
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader
Edição Bilingue
ISBN: 978-85-237-1227-3 (recurso eletrônico)
1. Arquivologia - ensino. 2. Cartografia - pesquisa e ensino - arquivologia. 3. Arquivologia - currículos. 4. Docentes - arquivologia - perfil. I. Neves, Dulce Amélia de Brito. II. Rocha, Maria Meriane Vieira. III. Silva, Patrícia.

CDU: 930.25:37

EDITORA DA UFPB Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
editora.ufpb.br
editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| CONFERÊNCIA DE ABERTURA | 10 |
| ENSEÑANZA E INVESTIGACIÓN DE LA ARCHIVÍSTICA EN ESPAÑA <i>Concepción Mendo Carmona</i> | 11 |
| PLENÁRIAS | 48 |
| A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: SUA INTERFACE COM O ENSINO E A PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA <i>Ana Célia Rodrigues</i> | 49 |
| A PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA: MÉTODOS, ESPECIFICIDADES E DIÁLOGOS <i>José Maria Jardim</i> | 73 |
| DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DOS CURRÍCULOS DE ARQUIVOLOGIA: A QUESTÃO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS E SUAS RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES DA ARQUIVOLOGIA <i>Daniel Flores</i> | 91 |
| HARMONIZAÇÃO CURRICULAR: ANÁLISE DAS CONFIGURAÇÕES ACADÊMICO-INSTITUCIONAIS E DO PERFIL DOCENTE DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL <i>Welder Antônio Silva, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros</i> | 119 |
| COMUNICAÇÕES ORAIS | 179 |
| A ENTRADA DE ARQUIVISTAS E TÉCNICOS DE ARQUIVOS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2004 A 2012: SUA RELAÇÃO COM OS EGRESSOS DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA E O QUANTITATIVO DE MINISTÉRIOS EXISTENTES <i>Djalma Mandu de Brito</i> | 180 |

| | |
|--|-----|
| DA GRADUAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA <i>Tatiana Costa Rosa, Rosanara Pacheco Urbanetto</i> | 198 |
| EDITAIS DE CONCURSOS FEDERAIS PARA ARQUIVISTAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA E CERTAMES PÚBLICOS <i>Josemar Henrique Melo, Américo Augusto Nogueira Vieira, Marcilio Toscano Franca Filho, Ademir Clemente, Cleber Ferreira Silva</i> | 226 |
| AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ACADÊMICO: APRENDIZAGENS E DESAFIOS <i>Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Dulcinea Sarmento Rosemberg</i> | 252 |
| O CURSO DE ARQUIVOLOGIA E AS COMPETÊNCIAS DE SEUS ALUNOS: UFBA E UEL <i>Linete Bartalo, Jussara Borges</i> | 274 |
| GESTÃO DE DOCUMENTOS: UMA PROPOSTA DE CURSO DE CAPACITAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O PODER EXECUTIVO FEDERAL <i>Djalma Mandu de Brito</i> | 308 |
| PARA ALÉM DOS MUROS DOS ARQUIVOS: GESTÃO DE DOCUMENTOS EM ARQUIVÍSTICA À LUZ DA TEORIA DOS SISTEMAS ABERTOS <i>Luiz Carlos da Silva, Jorge Santa Anna</i> | 335 |
| LEVANTAMENTO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO ESPÍRITO SANTO: ANALISANDO ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E DE GESTÃO <i>Luiz Carlos da Silva, Jorge Santa Anna</i> | 362 |
| GESTÃO DOCUMENTAL COMO FERRAMENTA DE EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DO ARQUIVO GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB <i>Jesiel Ferreira Gomes, Jucely Neves de Melo</i> | 390 |

| | |
|--|-----|
| APLICAÇÃO DA NORMA INTERNACIONAL DE GESTÃO DE RISCOS: UM ESTUDO DE CASO NA SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE <i>Luciana Souza de Brito, Roberta Pinto Medeiros</i> | 417 |
| CONSTRUÇÃO DE VOCABULÁRIO CONTROLADO VINCULADO A UM INSTRUMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO PARA FACILITAR O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA <i>Erick Oliveira Alves de Souza, Talles Humberto Souza Moreira, Julia Araujo Donato, Renato Tarciso Barbosa de Sousa</i> | 440 |
| A FUNÇÃO AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL BRASILEIRO <i>Eliane Braga Oliveira, Maria Ivonete Gomes Nascimento</i> | 461 |
| O TRABALHO DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NO BRASIL <i>Eliezer Pires da Silva, Cintia da Silva Ribeiro</i> | 482 |
| APLICAÇÃO DO MARKETING NO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA <i>Juliana Soares da Fonseca, Maria Meriane Vieira Rocha, Ana Claudia Medeiros de Sousa</i> | 503 |
| REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL: ANÁLISE DAS FERRAMENTAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL EM MEIO DIGITAL <i>Mateus de Moura Rodrigues</i> | 523 |
| O REPOSITÓRIO DIGITAL COMO UM RECURSO PARA ACESSO E PRESERVAÇÃO DO DIÁRIO DE CLASSE <i>Sérgio Renato Lampert</i> | 551 |
| PRESERVAÇÃO DIGITAL DOS VIDEOGAMES: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM A ARQUIVOLOGIA <i>Roberto Lopes dos Santos Junior</i> | 578 |
| COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS USUÁRIOS DO SISTEMA DE ARQUIVOS DA UEL – SAUEL <i>Linete Bartalo, Wilmara Rodrigues Calderon, Ivone Guerreiro DiChiara, Neiva Aranda Lopes Butarello</i> | 608 |

| | |
|---|-----|
| USOS E USUÁRIOS DE ARQUIVO: UMA BREVE RELEXÃO <i>Tiago Braga da Silva, Junia Gomes da Costa Guimarães e Silva</i> | 634 |
| ELEMENTOS TEMÁTICOS DA PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA CONTEMPLADOS NO PERIÓDICO CIENTÍFICO PONTO DE ACESSO <i>Kátia de Oliveira Rodrigues, Sérgio Franklin, Eliete Lima</i> | 657 |
| A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA COMO OBJETO DE PESQUISA NA ARQUIVOLOGIA: A ANÁLISE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS <i>Lorrane Cristina Passos Sezinando</i> | 680 |
| ARQUIVOS COMO MECANISMOS DE DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS PARA A APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SAÚDE <i>Francisco José Aragão Pedroza Cunha, Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira</i> | 701 |
| DISPERSÃO DA LITERATURA CIENTÍFICA EM ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO DAS REVISTAS INDEXADAS PELA WEB OF SCIENCE (WOS) <i>Rita de Cássia Portela Silva, Maria Luisa Lascurain Sánchez</i> | 724 |
| A CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS ARQUIVOS PESSOAIS: UM OLHAR SOBRE O ARQUIVO PESSOAL DE DOM ADRIANO MANDARINO HYPÓLITO <i>João Marcus Figueiredo Assis, Bruno Ferreira Leite</i> | 745 |
| ENTRE A ARQUIVOLOGIA E A HISTÓRIA - PROJETO DE REORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA <i>Josemar Henrique Melo, Nereida Soares Martins da Silva</i> | 764 |
| RELATÓRIO FINAL: DELIBERAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES | 788 |
| AGRADECIMENTOS | 792 |

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA COMO OBJETO DE PESQUISA NA ARQUIVOLOGIA: A ANÁLISE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

*Lorrane Cristina Passos Sezinando
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
lorranecps@gmail.com*

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e o amadurecimento de um campo científico passam pela construção de seu objeto científico. Esse processo não é necessariamente linear, mas uma construção, reconstrução e novas abordagens acerca do mesmo objeto. E ainda, novos entendimentos para o estudo de outros objetos. Atrelado ao desenvolvimento científico, encontram-se as pesquisas e as metodologias científicas, com regras definidas e controladas que atribuem confiabilidade aos resultados alcançados, (MUELLER, 2000, p. 21). A confiabilidade advinda de procedimentos metodológicos bem estabelecidos e rigorosos auxilia a diferenciação do saber científico do saber popular, isto é, do senso comum.

Mediante a importância da pesquisa para a ciência, a Arquivologia, como uma disciplina científica ou uma ciência, emerge a partir da sistematização do conhecimento, deixando de ser meramente uma prática e tornando-se mais reflexiva. As novas demandas informacionais, os novos tipos de usuários, os novos tipos documentais, as tecnologias de informação e comunicação propiciam uma nova abordagem das práticas, princípios e técnicas da Arquivologia.

Ao retomar seus princípios e práticas, emerge na Arquivologia a necessidade de novas pesquisas com novos enfoques.

Dentro deste cenário, encontra-se a lei de acesso à informação pública, um instrumento jurídico que regulamenta o acesso às informações. Percebe-se, a partir de então, o número crescente de pesquisas com essa temática. Por esse motivo, esta pesquisa debruçou-se em identificar e analisar as temáticas desenvolvidas sobre o acesso às informações. É importante salientar que o acesso às informações é antes de tudo um direito fundamental, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, e uma função arquivística, segundo Rousseau e Couture (1998, p.265) que está inserida no contexto da gestão de documentos e da rotina dos arquivos.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, de identificar e analisar os artigos, optou-se por investigar cinco periódicos com edições eletrônicas nas áreas de Arquivologia, Ciência da Informação e História. A metodologia utilizada foi a identificação dos artigos que continham as palavras: acesso, acesso à informação e lei de acesso à informação no título ou nas palavras-chave identificadas pelos autores. O recorte temporal estabelecido foi entre os anos de 2010 e 2014.

2 BREVE HISTÓRICO DA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

A Arquivologia é antiga como prática, mas como campo científico a sua configuração é recente. Considera-se, pela maioria dos autores, como apontado por Tognoli (2010, p. 18), que a trajetória científica da área teve o seu início ao final do século XIX. Em 1898, houve a publicação do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, conhecido como o Manual dos Arquivistas Holandeses. Este manual foi escrito no formato de perguntas e respostas, para atender às necessidades de organização dos arquivos à época. Foram apresentadas reflexões teóricas sobre o fazer e a prática nos arquivos, iniciando-se, a

partir de então, a construção sistematizada do saber arquivístico. Neste sentido, Tognoli (2010, p. 24) destaca que:

É a partir das publicações dos manuais que a Arquivística firmar-se-á enquanto disciplina, libertando-se da posição meramente auxiliar a que tinha sido submetida pelo historicismo do século XIX, uma vez que as regras e métodos neles postulados irão gerar as primeiras reflexões de cunho teórico sobre a área, possibilitando assim, sua extensão ao campo disciplinar.

Em âmbito nacional, pode-se atribuir a década de 70 como o período de mudanças que contribuiu para o início de um pensamento científico sistematizado na Arquivologia brasileira, (MARQUES; RONCAGLIO, 2012, p.74). Um novo período foi inaugurado, por intermédio do contato de professores e pesquisadores estrangeiros a partir da vinda destes para o Brasil, aproximando as investigações e experiências internacionais.

Ainda na década de 70, o Brasil recebeu onze visitas de estrangeiros, como contabilizado por Marques (2013 p.177-178). A tradução e a publicação de livros de autores estrangeiros propiciaram a expansão do conhecimento produzido sobre a Arquivística fora do país. A criação das associações profissionais e de pesquisa, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e a Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística (APHA), contribuiu para a institucionalização do campo. Como, por exemplo, a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivo por intermédio da lei nº 6546/78 e a realização do 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia.

De forma especial e de relevância para a expansão do conhecimento científico, a década de 70 foi marcada pela criação dos primeiros cursos universitários em Arquivologia. O Curso Permanente de Arquivologia (CPA), em 1977, foi transferido, com

mandato universitário do Arquivo Nacional para a Federação das Escolas Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Posteriormente, o curso universitário foi criado na Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM) e, em 1978, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Durante a década de 80, não ocorreu a criação de cursos universitários em Arquivologia. Posteriormente, na década de 90, houve o aumento na criação das graduações, configurando cinco no total. E de forma significativa o aumento na produção de dissertações e teses com temáticas arquivísticas, um indício do aumento da produção científica. Como tabulado por Fonseca (2005, p.92), com a temática arquivística, foram produzidas no Brasil trinta dissertações e duas teses no decorrer da década, a maioria em Programas de Pós- Graduação de Ciência da Informação, História Social e Memória Social e Documento.

A partir dos anos 90, intensificou-se no contexto da Arquivologia brasileira o movimento no qual a produção científica deslocou-se em sua grande maioria das instituições arquivísticas públicas, sobretudo Arquivos Públicos, para as instituições de ensino e pesquisa, em sua maioria, as universidades. As instituições de ensino assumiram o protagonismo da pesquisa. O conteúdo das pesquisas desenvolvidas deixaram de ser apenas as práticas manualísticas do como fazer, do passo a passo e dos relatos de antes e depois da organização dos arquivos. Reflexões que abordavam a importância da organização dos arquivos, a finalidade de organizá-los e os contextos de criação dos próprios documentos passaram a ter um destaque maior. Estas novas reflexões impulsionaram o aumento das pesquisas científicas e colaboraram para a institucionalização da Arquivística no país.

A partir dos anos 2000, outros novos cursos foram criados, a pesquisa foi difundida e a produção de conhecimento tornou-se

mais expressiva, em especial, nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Informação. Como resultado das pesquisas desenvolvidas por Fonseca (2005) e Marques (2013), percebe-se que os estudos desenvolvidos nos Programas de Pós-Graduação, são em sua maioria, em Ciência da Informação, História Social e Memória Social. As pesquisas foram desenvolvidas de forma interdisciplinar, em que o pesquisador, necessariamente, precisava explicitar as relações entre a Arquivística e a ciência/disciplina que estava dialogando.

A ausência de uma pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia pode ser considerada como um indício de que a área ainda produzia pouco conhecimento, apesar dos avanços e do aumento das pesquisas realizadas nas últimas décadas. A partir da década de 70, com os cursos de graduação em Arquivologia, centenas de profissionais foram diplomados, as demandas do mercado de trabalho foram se modificando. Isso contribuiu para que as instituições se tornassem cada vez mais dinâmicas, refletindo esse dinamismo nos documentos de arquivo, por intermédio de novas tipologias documentais e novas funções. As tecnologias de informação e comunicação aceleraram os novos desafios dos arquivos, indicaram que era necessária uma reflexão sobre a própria natureza da Arquivística. Reflexões direcionadas a seu objeto, suas práticas, métodos, princípios e diálogos.

Delmas (2010, p.21), apresenta que os arquivos servem para: provar, lembrar, compreender-se e identificar-se. São diversas utilidades propostas, dentre elas, é possível destacar a jurídica, a gestão, a científica, a social e a memória. Os documentos de arquivo, neste contexto, não são apenas provas de determinada ação ou atividade, são instrumentos que podem adquirir novas dimensões. Podem tornar-se objetos de interesse para o cidadão, além de ter um uso efetivo para as tomadas de decisões.

No contexto de possibilidades de novos usos dos arquivos, de novos usuários e de novas abordagens, considerando a perspectiva apresentada pela pós-modernidade, emerge a pesquisa em Arquivologia. Talvez, seja possível afirmar novos rumos da pesquisa a partir de um olhar mais reflexivo sobre as antigas práticas e princípios e as novas concepções a partir das novas demandas de produção, de atividades e de usuários. A pesquisa em Arquivologia está em construção, em constante formação e ampliação. Jardim (2012, p.136), afirma que:

A construção da pesquisa em Arquivologia suscita a frequente discussão sobre o próprio campo enquanto disciplina científica. Ao se fazer necessária a construção de agendas de pesquisa em Arquivologia é fundamental, portanto, refletir epistemologicamente sobre seus métodos, objetos, universo empírico, recursos teóricos e questões interdisciplinares do campo.

A criação do primeiro Programa de Pós-Graduação em Arquivologia foi uma conquista, uma possibilidade de expansão das práticas de pesquisa e ensino para a área. O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Arquivos e Documentos (PPGARQ), abarca o Mestrado Profissional, criado em 2012, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Jardim (2012, p. 193) aponta a relevância deste marco para a área e para os seus profissionais:

Trata-se de um requisito para que se alcance novos patamares no processo de institucionalização da Arquivologia como campo científico no Brasil. Além disso, não se pode negligenciar os evidentes sinais de que o país requer arquivistas cada vez mais qualificados, capazes de responder às demandas mais diversas da sociedade e do estado brasileiro.

Considerando-se a pesquisa em Arquivologia, levanta-se a indagação: apenas os arquivos e os documentos constituem-

se como o objeto de pesquisa da área? Será que somente estas duas dimensões abarcam o universo no qual a Arquivística está inserida e deve atender? Schmidt (2012), em sua tese intitulada: “Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualização.”, realiza um estudo apontando e analisando os diversos objetos científicos por ela encontrados. A literatura estrangeira, dentro de suas variações e distintas correntes, reconhece os arquivos, os documentos de arquivo, a informação, a informação social, a informação orgânica e o process-bound information como objetos científicos da Arquivologia.

Neste sentido, entende-se que o objeto científico pode ser considerado como a estrutura de uma ciência juntamente com os seus princípios e métodos. Delimitar o próprio objeto significa revisitar os fundamentos norteadores da Arquivologia, as concepções, as trajetórias e o contexto. Com a abordagem de diversos autores, como apresentado por Schimidt (2012), pode-se perceber a variedade de significados e de concepções sobre o objeto arquivístico.

Ao considerar a informação como objeto arquivístico, como componente dos documentos de arquivos, qualifica-se esta informação. Não é qualquer informação, mas a informação arquivística, fruto de um contexto de produção, no qual foi criada, recebida ou acumulada ao longo das atividades de seu produtor. A opção pela informação arquivística valoriza o conteúdo informacional em detrimento do suporte. A segurança, durabilidade e o acesso às informações passam a nortear as atividades dos profissionais. O suporte já não é o mais importante.

3 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA COMO OBJETO DE PESQUISA NA ARQUIVOLOGIA

A partir das novas concepções e possibilidades apresentadas pela pós-modernidade, como a valorização da informação e as mudanças ocorridas na sociedade, consagraram-se mundialmente as leis de acesso à informação. Este instrumento jurídico torna-se um apoio à garantia dos direitos humanos e de expansão da participação social nos governos. Auxilia na construção da boa governança e da *accountability*, ao ter como fundamento a transparência.

O Brasil foi o 89º país a adotar tal instrumento. A lei de acesso à informação pública, LAI, nº 12.527, foi promulgada pela presidente Dilma Rousseff em 17 de novembro de 2011 e “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.” No âmbito do Executivo Federal foi regulamentada através do decreto nº 7724 de 16 de maio de 2012. A LAI, portanto, regulamenta o direito de acesso às informações públicas, que foi estabelecido como um direito constitucional, pela Constituição Federal de 1988.

Este instrumento jurídico tornou-se objeto de estudos em diversas áreas. No Direito, por exemplo, como um instrumento que possibilita a garantia dos Direitos estabelecidos, na Administração Pública, como um instrumento que trouxe impactos à gestão das informações nos órgãos. Com a Arquivologia, isso também aconteceu. As informações, alvo de acesso estabelecido pela lei, são as que estão contidas nos documentos de arquivo, ou os mesmos são subsídios para que as informações possam ser fornecidas.

O acesso às informações públicas pode ser considerado um tema recorrente nas pesquisas em Arquivologia. Desde a Constituição Federal de 1988, vários instrumentos normativos

referentes ao acesso foram sancionados. Leis, decretos, medidas provisórias que dispunham em sua maioria sobre a classificação dos documentos, em especial a temporalidade dos documentos classificados como sigilosos. Entre avanços e retrocessos da legislação, a LAI, seus antecedentes, sua implementação, os impactos e as modificações que a lei trouxe tornaram-se objeto de pesquisa para a Arquivologia. Jardim (2012, p. 145-146), apresenta nove possíveis campos de pesquisa em Arquivologia, no campo: “Funções arquivísticas”, o autor destaca a acessibilidade. Como tornar os documentos acessíveis? Quais os mecanismos? Qual o perfil dos usuários? Quais os instrumentos utilizados para a difusão? Estes questionamentos podem ser desenvolvidos dentro deste aspecto. E ainda, outro campo: “Questões específicas relacionadas com os arquivos”, abarcaria, segundo Jardim, o acesso às informações e a privacidade.

Mediante a afirmação de Jardim de considerar a acessibilidade e o acesso às informações campo de pesquisa em Arquivologia, desenvolve-se essa pesquisa, com o objetivo de identificar os artigos produzidos com a temática do acesso às informações públicas na Arquivologia. A escolha por periódicos se deu pelo fato de que estes instrumentos são um meio de divulgação e comunicação científica, divulgação do que está sendo produzido de conhecimento na área e de reconhecimento pelos seus pares.

Os periódicos foram escolhidos considerando a especificidade de publicações em Arquivologia e de áreas afins com publicações de temáticas arquivísticas, no caso História e Ciência da Informação. O intervalo de tempo utilizado para a pesquisa foi entre os anos de 2010 e 2014. Iniciou-se pelo ano de 2010, levando-se em conta o ano que antecedeu a promulgação da LAI. As palavras-chave utilizadas para a busca, tanto pelo título, como pelas palavras-chave apresentadas pelos autores em seus

resumos, foram: acesso, acesso à informação e lei de acesso à informação. Abaixo, segue o quadro elaborado abarcando as informações coletadas, o nome do periódico, a qualificação segundo a Capes, o título, o autor, as palavras-chave e o ano de publicação.

Quadro 1 - Artigos relacionados com o acesso às informações públicas no período de 2010 a 2014.

| Periódico | Área / Qualificação CAPES | Título | Autor | Palavras chave | Ano da Public. |
|-----------|---------------------------|--|-------------------------------|--|----------------|
| Acervo | História/B1 | O Direito de Acesso à Informação Relativa a Violações em Massa de Direitos Humanos | Catalina Botero Marino | Acesso à informação; Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Corte Interamericana de Direitos Humanos; liberdade de expressão | 2011 |
| Acervo | História/B1 | Segedos e Documentos: Acesso aos arquivos na Itália da Segunda Guerra Mundial ao presente. | Giulia Barrera | Acesso aos arquivos; classificação de sigiloso; proteção de dados pessoais; fascismo e arquivos. | 2011 |
| Acervo | História/B1 | O Direito às Informações Pessoais: História e verdade. | Romualdo Pessoa Campos Filho. | Acesso a informações; liberdade de expressão; direito à informação; Guerrilha do Araguaia. | 2011 |
| Acervo | História/B1 | Um Projeto Sobre Acesso | Trudy Huskamp Peterson | Acesso a arquivos; Declaração Universal sobre Arquivos; Código de Ética dos Arquivistas; Conselho Internacional de Arquivos; Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos. | 2011 |
| Acervo | História/B1 | Acesso à Informação: Um direito | Paula Lígia Martins | Acesso a informações públicas; projeto de lei n. 5.228/2009; direito de acesso a informações. | 2011 |

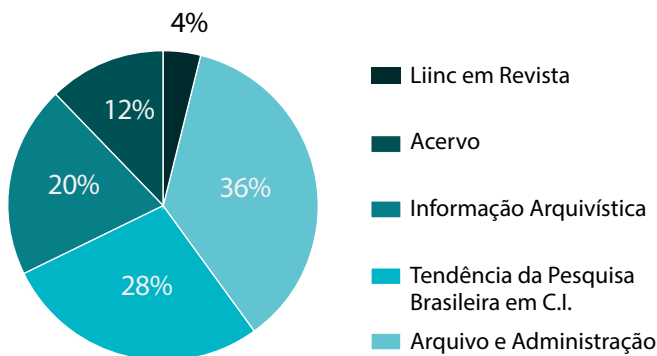
| | | | | | |
|-------------------------|-----------------------------------|--|--|---|------|
| Acervo | História/B1 | Legislação de Acesso aos Arquivos do Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história | Georgete Medleg Rodrigues | Acesso aos arquivos; acesso à informação; direito de acesso; legislação de acesso. | 2011 |
| Arquivo e Adm. | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | Documentos Express Desafios e Riscos do Acesso online a documentos de arquivo | Luciana Heymant | Acesso à informação; Documentação digital; Indexação; Usuário. | 2012 |
| Informação Arquivística | Interdisciplinar / B4 | O acesso às informações públicas retrocessos e avanços da legislação brasileira | Ana Celeste Indolfo | Acesso à informação; Informação pública; Informação governamental; Lei de Acesso à Informações. | 2013 |
| Informação Arquivística | Interdisciplinar / B4 | A conduta do arquivista frente à Lei de Acesso à Informação | Isadora Martins Marques da Rocha, Glaucia Vieira Ramos Konrad. | Arquivista; Conduta profissional; Lei de Acesso à Informação | 2013 |
| Informação Arquivística | Interdisciplinar / B4 | Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso às informações do Patrimônio Documental e Histórico do município de Santa Maria - RS | Dhion Carlos Hedlund, Daniel Flores | ICA-AtoM; Acesso; Descrição Arquivística. | 2014 |
| Informação Arquivística | Interdisciplinar / B4 | As estratégias de emulação como fundamento para a preservação de objetos digitais interativos: a garantia de acesso fidedigno em longo prazo. | Henrique Machado dos Santos. Daniel Flores. | Estratégias de preservação digital; Emulação; Objetos digitais interativos; Fidedignidade; Acesso em longo prazo. | 2014 |

| | | | | | |
|-------------------------|-----------------------------------|--|--|--|------|
| Informação Arquivística | Interdisciplinar / B4 | Preservação para a futuridade do acesso ao documento arquivístico digital | Daiane Regina Segabinazzi Pradebo | Documento Arquivístico Digital; Diplomática Contemporânea; Histórico Escolar de Formado. | 2014 |
| Liinc em Revista | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | Novas considerações sobre o acesso ao Patrimônio Musical no Brasil | André Guerra Cotta | Música brasileira, Musicologia histórica, Acervos, Digitalização, Patrimônio cultural | 2011 |
| Liinc em Revista | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | Acesso à informação geográfica: reflexões sobre a importância das Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE) nas políticas públicas. | Cely Martins Santos de Alencar, Plácida Leopoldina V. A. Costa Santos. | Dados; Informação Geográfica; Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE); Gestão pública; Políticas Públicas. | 2013 |
| Liinc em Revista | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | A implantação da lei de acesso à informação pública e gestão da informação arquivística governamental | José Maria Jardim | Lei de Acesso à Informação; Acesso à Informação Governamental; Políticas Arquivísticas; Gestão de Documentos; Administração de Arquivos; Uso social da Informação. | 2013 |
| Liinc em Revista | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | A importância da visão sistêmica para a implantação da Lei de Acesso à Informação nas instituições: o caso da Universidade Federal de Pernambuco | Kátia Santiago Ventura, Sandra de Albuquerque Fell | Visão Sistêmica; Acesso à Informação; Lei de Acesso à Informação; Universidade Federal de Pernambuco; Brasil. | 2013 |
| Liinc em Revista | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | Direito à informação governamental: questões acerca da positividade e legitimação de um direito fundamental | Emília Barroso Cruz | Lei de Acesso à Informação; Direito à informação; Informação governamental; Legitimidade e validade do direito; Administração pública | 2013 |

| | | | | | |
|--|-----------------------------------|---|---------------------------|--|------|
| Liinc em Revista | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | Indicadores da “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais | Georgete Medleg Rodrigues | Lei de Acesso à Informação; Universidades Públicas; Portais universitários; Transparência ativa | 2013 |
| Liinc em Revista | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | Les lois d'accès à l'information publique: les conditions de leur mise en oeuvre | Perine Caravaggio | Acesso à informação; Transparência administrativa; Aplicação da lei de acesso à informação | 2013 |
| Liinc em Revista | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | Percepções dos servidores federais sobre a implantação da Lei de Acesso a Informação nos serviços arquivísticos | Ana Celeste Indolfo | Lei de Acesso a Informações; Servidores públicos federais; Políticas arquivísticas | 2013 |
| Liinc em Revista | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | Percepções dos servidores federais sobre a implantação da Lei de Acesso a Informação nos serviços arquivísticos | Ana Celeste Indolfo | Lei de Acesso a Informações; Servidores públicos federais; Políticas arquivísticas | 2013 |
| Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | Informação pública: uma questão de acesso, de direito e de apropriação social. | Carmem Lúcia Batista | Informação pública | 2011 |
| Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | A lei de acesso à informação pública: Dimensões político-informacionais; | José Maria Jardim | Lei de Acesso à Informação; Estado informacional; Transparência informacional; Opacidade informacional; Políticas Públicas de Informação; Uso social da Informação | 2012 |
| Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação | Ciências Sociais Aplicadas I / B1 | As questões éticas da democratização da informação | Dalgiza Andrade Oliveira | Acesso à informação; Democratização da Informação; Ética da Informação. | 2013 |

Fonte: a autora.

Durante a coleta de dados nos cinco periódicos, identificou-se 38 volumes publicados e 404 artigos ao todo. Posteriormente, verificaram-se os títulos e as palavras-chave. A busca foi baseada nas seguintes palavras: acesso, acesso à informação e lei de acesso à informação pública e suas variações. Após a aplicação destes critérios chegou-se ao número de 25 artigos.



A maior parte dos artigos, nove ao todo, encontra-se no periódico *Liinc em Revista*, que entre os anos de 2010 e 2014 publicou 10 volumes com um total de 166 artigos. A *Liinc em Revista* é publicada pelo Laboratório Interdisciplinas em Informação e Conhecimento que é mantido pela parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A motivação para este quantitativo número de artigos foi a publicação do v.9, n.2 em 2013 com a temática: Acesso à informação governamental. As perspectivas e abordagens sobre o acesso foram variadas, como: o acesso ao patrimônio documental, o acesso a dados espaciais e a percepção dos servidores sobre a LAI.

Em seguida, o segundo maior número de artigos encontra-se na *Revista Acervo* que é publicada pelo Arquivo Nacional,

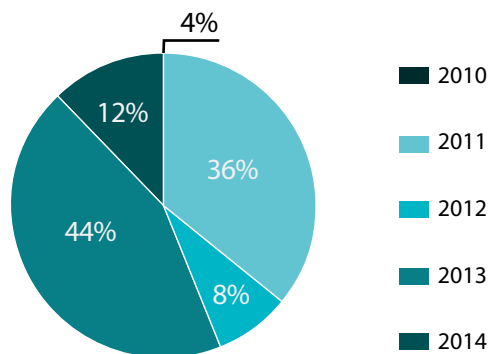
e entre 2010 e 2014 publicou 10 volumes com 68 artigos. No ano de 2011, foi publicada uma edição especial, v.24, n.1, intitulada: “Acesso à informação e Direitos Humanos” juntamente com uma edição suplementar contendo os textos de autores estrangeiros sem a tradução. Esta edição é fruto dos trabalhos apresentados no I Seminário Internacional sobre Acesso à Informação e Direitos Humanos, que ocorreu nos dias 23 a 26 de novembro de 2010, na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Esta publicação abarcou todos os artigos encontrados sobre a temática pesquisada, no qual o enfoque para o acesso eram os arquivos produzidos durante a ditadura militar brasileira, durante a Segunda Guerra Mundial e o projeto de lei acesso que tramitava no Senado Federal.

Posteriormente, o periódico com o terceiro maior número de artigos, no total de cinco, foi o Informação Arquivística, publicado pela Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). Os volumes da revista começaram a ser publicados em 2012 e até 2014 foram localizados 5 volumes e 44 artigos. O enfoque dos artigos neste periódico está voltado para ação do arquivista frente a esta nova realidade, aos avanços e retrocessos dos instrumentos jurídicos brasileiros e a preservação e acesso de documentos digitais.

O periódico Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, revista eletrônica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB) publicou três artigos ao todo sobre a temática de acesso. Durante 2010 e 2014, foram publicados 6 volumes e 94 artigos. Questões sobre direitos, ética, apropriação social, e as suas dimensões foram abordados. Por último, com apenas um artigo encontrado está a Revista Arquivo e Administração publicada pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, AAB, que entre 2010 e 2014 publicou 7 volumes

com 32 artigos ao todo. O artigo encontrado neste periódico aborda as questões referentes ao acesso online de documentos.

O ano com o maior número de artigos publicados foi 2013, com o total de onze artigos. Em seguida, 2011, ano de promulgação da LAI com nove artigos; posteriormente, 2014, com três e 2012 com dois artigos. Em 2010, nenhum artigo foi publicado com essa temática nos periódicos pesquisados, sendo relevante destacar que esse foi o ano anterior à promulgação da lei e neste âmbito não houve discussões apresentadas.



Sobre a avaliação dos periódicos nos quais os artigos foram publicados, observaram-se os critérios de avaliação estabelecidos pela Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Segundo o Portal da Capes, “A QUALIS é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.” Os periódicos são avaliados segundo critérios e podem receber uma das oito avaliações possíveis, A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C. Dentre os periódicos analisados, quatro receberam conceito B1 e um conceito recebeu B4.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à informação é uma temática que pode ser abordada por diversas áreas do conhecimento. A partir da percepção da relevância da informação e de seu acesso, seja para atender a seu produtor, para agilizar as tomadas de decisão, ou para atender o cidadão e a pesquisadores em suas demandas.

A promulgação da LAI em 2011 auxilia a ampliação do acesso, no qual o sigilo tende a tornar-se exceção. Neste contexto de publicação da lei e do aumento das pesquisas em Arquivologia, identificou-se que a LAI é um tema recorrente no ambiente das pesquisas. Procurou-se identificar e analisar em cinco periódicos uma parte da produção científica, os artigos. Verificou-se que nos vinte cinco artigos selecionados, várias abordagens foram apresentadas. Dentre elas pode-se destacar o acesso aos documentos produzidos na ditadura militar; a percepção dos servidores públicos sobre a implementação da lei, pois estes são os agentes que facultam o acesso, sendo intermediadores entre o Estado e o consulente. Além disso, foram identificados aspectos jurídicos e legais da lei e a questão democrática.

Considera-se, portanto, que dentro de um universo de cinco periódicos, no período de cinco anos - 2010 a 2014 - com o total de 404 artigos publicados, a temática do acesso à informação foi evidenciada nos periódicos que dedicaram um volume ao tema. No periódico mais voltado para publicações em Arquivologia, o Informação Arquivística, percebe-se que a temática se faz presente com maior frequência, mesmo sem um volume exclusivo sobre o tema. Compreendendo-se, ainda, que a maioria dos periódicos, totalizando quatro, são em áreas interdisciplinares da Arquivologia. Conclui-se desse modo que o acesso às informações arquivísticas têm obtido relevância em detrimento de outras temáticas arquivísticas.

Portanto, a lei de acesso à informação pública é um instrumento que, por meio de suas disposições, exige mudanças na lógica organizacional dos arquivos, fazendo com que a gestão de documentos torne-se ainda mais necessária. Sem um programa eficiente de gestão de documentos, de conscientização das instituições e de seus servidores, a qualidade do acesso às informações provavelmente ficará comprometida. As reflexões e pesquisas neste contexto, além das contribuições reflexivas, contribuem para a ampliação da divulgação da lei e de sua melhor efetivação e implementação.

REFERÊNCIAS

ACERVO, REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. Acesso à informação e direitos humanos. Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/issue/view/39>>. Acesso em: 23 jan.2015.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Publicações Editadas pela AAB. Disponível em: < <http://www.aab.org.br/?cat=44>> Acesso em: 10 mar. 2015.

BITTENCOURT, P. R. Implementação da lei de acesso à informação no Poder Executivo Federal: uma análise a partir dos serviços arquivísticos. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BONAL-ZAZO, J. L. Paradigmas de Investigación en Archivística. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). Estudos avançados em Arquivologia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-90. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/Home/.../estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2014.

COOK, T. Archivística y posmodernismo: nuevas formulas para viejos conceptos. In: HERNÁNDEZ OLIVEIRA, L.; COOK, T. (Org.). Combates por la memoria - Archivística de la posmodernidad.

Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León, 2007. p. 59-81.

____. Imposturas intelectuales o renacimiento profesional: posmodernismo y práctica archivística. In: _____. Combates por la memoria - Archivística de la posmodernidad. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León, 2007. p. 83-107.

DELMAS, B. Arquivos para quê?: Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FONSECA, M. O. K. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HERNÁNDEZ OLIVERA, L. et al. La construcción de la archivística: una aproximación a la investigación científica a través de las tesis doctorales. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.;

SILVA, S. C. A. Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: Mobile, 2012. p. 37-70.

INDOLFO, A. C. Acesso às informações públicas, retrocessos e avanços da legislação brasileira. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 4-23, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/14>> Acesso em: 29 dez. 2014.

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA. Pesquisa. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro. 2012-. Semestral. ISSN 2316-7300. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/search>>. Acesso em: 15 abr. 2015

JARDIM, J. M. A pesquisa como fator institucionalizante na Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In MARQUES, A.; RONCAGLIO, C.; RORIGUES, G. M. (Org.). A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas. Brasília: UnB – Faculdade de Ciências da Informação: Thesaurus, 2011.

____. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). Estudos avançados em Arquivologia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

____. Desafios e perspectivas da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil: a proposta do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. (Org.). Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: Mobile, 2012. p.181-197.

LIINC EM REVISTA. Pesquisa. Rio de Janeiro: UFRJ/IBCT, 2005-. Semestrasl. ISSN: 1808-3536 Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/search>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MARQUES, A. A. C. A Arquivologia brasileira: busca por autonomia no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

____; RONCAGLIO, C. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. (Org.). Novas dimensões da pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: MóBILE, 2012. p.74-88.

MUELLER, S. P. M. A Ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S. et al (Org.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 31-34.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHMIDT, C. M. S. Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/>

disponiveis/27/27151/tde-02072013_170328/publico/
ClarissaMSSchmidt_revisada.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2015.

SISTEMA INTEGRADO DA CAPES. WebQualis. Disponível em:
<<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>>. Acesso
em: 16 jan. 2015.

TENDÊNCIAS DA PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO. Pesquisa. Brasil: Associação Nacional de Pesquisa e
Pós-Graduação em Ciência da Informação. 2008-. Semestral. ISSN
1983-5116. Disponível em: <[http://inseer.ibict.br/ancib/index.
php/tpbci/search](http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/search)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

TOGNOLI, N. B. A contribuição epistemológica canadense para
a construção da Arquivística contemporânea. 2010. 119 f.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade
Estadual Paulista, Marília, 2010.